



Demonstrações Contábeis 2019

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		34.289.542,73	50.542.643,22
Disponibilidades		1.152.536,17	448.539,79
Relações Interfinanceiras	5	14.942.386,08	36.616.101,36
Centralização Financeira		14.942.386,08	36.616.101,36
Operações de Crédito	6	18.063.110,03	13.193.534,84
Operações de Crédito - Setor Privado		18.443.932,06	13.477.871,79
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(380.822,03)	(284.336,95)
Outros Créditos	7	19.819,14	211.501,14
Rendas a Receber		7.909,40	5.930,79
Diversos		11.909,74	205.570,35
Outros Valores e Bens	8	111.691,31	72.966,09
Outros Valores e Bens		266,00	154,00
Despesas Antecipadas		111.425,31	72.812,09
Não Circulante		14.236.994,24	8.122.116,53
Realizável a Longo Prazo		10.152.526,45	3.997.231,21
Operações de Crédito		10.152.526,45	3.997.231,21
Operações de Crédito - Setor Privado		10.302.444,88	4.074.661,08
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(149.918,43)	(77.429,87)
Duvidosa			
Investimentos	9	3.132.573,52	2.944.771,55
Ações e Cotas		3.132.573,52	2.944.771,55
Imobilizado	10	870.367,36	678.034,15
Outras Imobilizações de Uso		1.348.965,19	1.048.232,25
(-) Depreciações Acumuladas		(478.597,83)	(370.198,10)
Intangível		81.526,91	502.079,62
Softwares		192.162,48	558.955,93
(-) Amortizações Acumuladas		(110.635,57)	(56.876,31)
Total do Ativo		48.526.536,97	58.664.759,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Maurício de Oliveira
 CPF: 187.475.311-34
 Presidente

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais, sem centavos)

PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		26.435.113,14	43.820.394,77
Depósitos	11	24.405.889,67	42.657.797,77
Depósitos à Vista		12.306.492,92	12.416.010,07
Depósitos à Prazo		12.099.396,75	30.241.787,70
Relações Interfinanceiras	12	424.710,63	400.671,03
Repasses Interfinanceiros		424.710,63	400.671,03
Outras Obrigações	13	1.604.512,84	761.925,97
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		13.725,39	15.375,58
Sociais e Estatutárias	13.1	202.026,53	111.426,67
Fiscais e Previdenciárias	13.2	95.458,74	94.832,16
Diversas	13.3	1.293.302,18	540.291,56
Não Circulante		5.045.877,74	-
Relações Interfinanceiras		5.036.535,49	-
Repasses Interfinanceiros		5.036.535,49	-
Outras Obrigações		9.342,25	-
Diversas		9.342,25	-
Patrimônio Líquido		17.045.546,09	14.844.364,98
Capital Social	15.a	14.935.113,24	12.913.756,78
Capital		14.935.113,24	12.913.756,78
Reserva de Lucros		1.929.456,52	1.699.751,19
Lucros ou Perdas Acumuladas	15.e	180.976,33	230.857,01
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		48.526.536,97	58.664.759,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Maurício de Oliveira
 CPF: 187.475.311-34
 Presidente

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

B – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

2o. SEMESTRE DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

DSP	Nota	2º Sem./2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira	17	2.160.598,56	4.102.444,71	5.048.718,11
Resultado com operações de crédito		2.160.598,56	4.102.444,71	5.048.718,11
Despesas da Intermediação Financeira	18	(604.527,82)	(1.566.808,98)	(178.146,108)
Operações de captação no mercado		(44.1965,21)	(1148.286,54)	(1866.635,85)
Operações de empréstimos e repasses		(157.681,45)	(244.720,05)	(67.103)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(4.881,16)	(173.802,39)	85.845,80
Resultado bruto da intermediação financeira		1.556.070,74	2.535.635,73	3.267.257,03
Outras receitas (despesas) operacionais		(603.294,53)	(949.76165)	(647.144,16)
Receitas de prestação de serviços	19	342.509,33	596.513,98	265.675,30
Rendas de Tarifa Bancárias PF e PJ	20	203.67120	371.319,40	314.265,90
Despesas de pessoal	21	(1022.586,68)	(2.009.925,55)	(1913.583,69)
Outras despesas administrativas	22	(902.879,52)	(1.500.843,70)	(1455.730,16)
Despesas Tributárias		(45.261,43)	(48.042,39)	(56.488,91)
Outras Receitas Operacionais	23	190.044,62	225.560,79	94.037,09
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		678.890,31	1645.393,31	2.350.944,74
Outras Despesas Operacionais	24	(47.682,36)	(229.737,49)	(246.264,43)
Resultado operacional		952.776,21	1.585.874,08	2.620.112,87
Resultado não operacional	25	(9.489,28)	(1.540,56)	(922.685,96)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro		943.286,93	1.584.333,52	1.697.426,91
Imposto de renda e contribuição social		0,00	0,00	0,00
Resultado Antes das Participações		943.286,93	1.584.333,52	1.697.426,91
Juros sobre o capital próprio		(816.242,68)	(816.242,68)	(774.984,44)
Sobras do Semestre / Exercício		127.044,25	768.090,84	922.442,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Maurício de Oliveira
 CPF: 187.475.311-34
 Presidente

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

C – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Histórico	RESERVAS DE SOBRAS				
	Capital Realizado	Reserva Estatuária	Fundo de Reserva	Sobras ou (Perdas)	Total
Saldo no início do exercício: 01.01.2018	11.357.953,58	212.537,57	1.053.351,55	247.960,48	12.871.803,18
Aumento de Capital:					
- Por subscrição realizada	320.320,71	-	-	-	320.320,71
- Por incorporação de juros ao capital	774.984,44				774.984,44
- Com sobras e reservas	460.498,05	(212.537,57)	-	(247.960,48)	-
Sobras ou perdas do exercício	-	-	-	922.442,47	922.442,47
Destinações propostas pela administração:					
- Formação do fundo de reserva	-		369.371,22	(369.371,22)	-
- Formação da reserva estatutária	-	277.028,42		(277.028,42)	-
- Destinação FATES	-	-	-	(45.185,82)	(45.185,82)
Saldo em 31.12.2018	12.913.756,78	277.028,42	1.422.722,77	230.857,01	14.844.364,98
Mutações no Período	1.555.803,20	64.490,85	369.371,22	(17.103,47)	1.972.561,80
Saldo no início do exercício: 01.01.2019	12.913.756,78	277.028,42	1.422.722,77	230.857,01	14.844.364,98
Aumento de Capital:					
- Por subscrição realizada	1.000.549,33				1.000.549,33
- Devolução de capital	(303.320,98)				(303.320,98)
- Por incorporação de juros ao capital	816.242,68				816.242,68
- Com sobras e reservas	507.885,43	(277.028,42)	-	(230.857,01)	-
- Reversão de despesas do FATES				46.171,40	46.171,40
Sobras ou perdas do exercício	-	-	-	768.090,84	768.090,84
Destinações propostas pela administração:					
- Formação do fundo de reserva	-		289.562,14	(289.562,14)	-
- Formação da reserva estatutária	-	217.171,61		(217.171,61)	-
- Destinação FATES	-	-	-	(126.552,16)	(126.552,16)
Saldo em 31.12.2019	14.935.113,24	217.171,61	1.712.284,91	180.976,33	17.045.546,09
Mutações no Período	2.021.356,46	(59.856,82)	289.562,14	(49.880,68)	2.201.181,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49
 Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
 CPF: 026.121.931-62
 Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30
 Contador CRC-GO 022.087/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

D – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

2o. SEMESTRE DE 2019 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

DFC	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas Antes DA Tributação e Participações		1.584.333,52	1.697.426,91
Provisão para Operações de Crédito		173.802,39	(85.845,80)
Provisão de Juros ao Capital		(816.242,68)	(774.984,44)
Depreciações e Amortizações		158.599,32	133.559,06
		1.100.492,55	970.155,73
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito		(11.198.672,82)	(2.879.097,31)
Outros Créditos		191.682,00	335.093,76
Outros Valores e Bens		(38.725,22)	(60.332,69)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista		(109.517,15)	3.311.365,53
Depósitos a Prazo		(18.142.390,95)	4.343.399,00
Relações Interfinanceiras		5.060.575,09	400.671,03
Outras Obrigações		725.376,36	124.412,23
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		(22.411.180,14)	6.545.667,28
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível		385.344,09	(513.603,38)
Aquisição De Imobilizado de Uso		(315.723,91)	(11.245,99)
Aquisição de investimentos		(187.801,97)	(1.620.513,02)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(118.181,79)	(2.145.362,39)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		697.228,95	320.320,29
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF		816.242,68	774.984,44
Reversão Fates		46.171,40	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		1.559.643,03	1.095.304,73
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(20.969.718,90)	5.495.609,62
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		37.064.641,15	31.569.031,53
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	16.094.922,25	37.064.641,15
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(20.969.718,90)	5.495.609,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcos Camargo Cardoso
 CPF: 364.152.271-49

Washington Luís P. Barreto
 CPF: 026.121.931-62

Herbert Silva de Oliveira
 CPF: 023.345.101-30

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 2018**

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **27/05/2008**, filiada à

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA

– **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICER** possui **1** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **HIDROLINA - GO**.

O **SICOOB CREDICER** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração no dia 16/04/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Obrigações por repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	1.152.536,17	448.539,79
Relações interfinanceiras - centralização financeira	14.942.386,08	36.616.101,36
TOTAL	16.094.922,25	37.064.641,15

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019** e **2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	14.942.386,08	36.616.101,36
TOTAL	14.942.386,08	36.616.101,36

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	16.038.698,08	2.564.398,66	18.603.096,74	14.341.922,94
Financiamentos	1.980.523,35	2.701.510,73	4.682.034,08	2.809.938,90
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	424.710,63	5.036.535,49	5.461.246,12	400.671,03
Total de Operações de Crédito	18.443.932,06	10.302.444,88	28.746.376,94	17.552.532,87
(-) Provisões para Operações de Crédito	(380.822,03)	(149.918,43)	(530.740,46)	(361.766,82)
TOTAL	18.063.110,03	10.152.526,45	28.215.636,48	17.190.766,05

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
A	0,5%	Normal	10.852.858,73	2.966.154,66	4.511.069,39	18.330.082,78	(91.650,41)	5.480.096,02	(27.400,48)
B	1%	Normal	3.719.996,29	980.005,10	154.767,49	4.854.768,88	(48.547,69)	7.392.218,33	(73.922,18)
B	1%	Vencidas	64.676,59	-	-	64.676,59	(646,77)	135.385,31	(1.353,85)
C	3%	Normal	3.357.009,50	709.584,54	795.409,24	4.862.003,28	(145.860,10)	3.849.354,21	(115.480,63)
C	3%	Vencidas	1.248,98	-	-	1.248,98	(37,47)	29.851,82	(895,55)
D	10%	Normal	191.310,91	14.061,69	-	205.372,60	(20.537,26)	394.562,89	(39.456,29)
D	10%	Vencidas	113.660,91	3.962,66	-	117.623,57	(11.762,36)	14.949,94	(1.494,99)
E	30%	Normal	7.638,69	8.265,43	-	15.904,12	(4.771,24)	174.593,38	(52.378,01)
E	30%	Vencidas	74.629,39	-	-	74.629,39	(22.388,82)	22.531,22	(6.759,37)
F	50%	Normal	69.723,20	-	-	69.723,20	(34.861,60)	27.632,77	(13.816,39)
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	726,99	(508,89)
G	70%	Vencidas	2.223,90	-	-	2.223,90	(1.556,73)	7.766,63	(5.436,64)
H	100%	Normal	1.610,55	-	-	1.610,55	(1.610,55)	3.937,48	(3.937,48)
H	100%	Vencidas	146.509,10	-	-	146.509,10	(146.509,10)	18.925,88	(18.925,88)
Total Normal			18.200.147,87	4.678.071,42	5.461.246,12	28.339.465,41	(347.838,85)	17.323.122,07	(326.900,35)
Total Vencidos			402.948,87	3.962,66	0,00	406.911,53	(182.901,25)	229.410,80	(34.866,28)

Total Geral	18.603.096,74	4.682.034,08	5.461.246,12	28.746.376,94	(530.740,46)	17.552.532,87	(361.766,63)
Provisões	(432.574,69)	(50.200,44)	(47.965,33)	(530.740,46)		(361.766,82)	
Total Líquido	18.170.522,05	4.631.833,64	5.413.280,79	28.215.636,48		17.190.766,05	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	10.403.855,00	5.634.843,08	2.564.398,66	18.603.096,74
Financiamentos	662.169,11	1.318.354,24	2.701.510,73	4.682.034,08
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	-	424.710,63	5.036.535,49	5.461.246,12
TOTAL	11.066.024,11	7.377.907,95	10.302.444,88	28.746.376,94

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.782.316,68	290.600,04	-	2.072.916,72	7%
Setor Privado - Serviços	8.724.383,84	1.122.314,17	-	9.846.698,01	34%
Pessoa Física	8.066.952,16	3.167.008,01	5.461.246,12	16.695.206,29	58%
Outros	29.444,06	102.111,86	-	131.555,92	0%
TOTAL	18.603.096,74	4.682.034,08	5.461.246,12	28.746.376,94	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(361.766,82)	(446.304,21)
(Constituições)/Reversões	(173.802,39)	84.537,39
Transferência para prejuízo	4.828,75	-
TOTAL	(530.740,46)	(361.766,82)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.251.723,69	4,00%	1.158.539,00	7,00%
10 Maiores Devedores	8.937.375,59	31,00%	5.973.218,72	34,00%
50 Maiores Devedores	19.365.811,75	67,00%	12.244.282,93	70,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	952.826,07	999.640,30
Valor das operações transferidas no período	4.828,75	-
Valor das operações recuperadas no período	(3.315,38)	(46.814,23)
TOTAL	954.339,44	952.826,07

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas a Receber	7.909,40	5.930,79
Serviços prestados a receber	7.027,09	5.328,40
Outras rendas a receber	882,31	602,39
Diversos	11.909,74	205.570,35
Títulos e créditos a receber	8.514,33	8.781,71
Devedores diversos - país	3.395,41	196.788,64
(-) Provisões para outros créditos	-	-
TOTAL	19.819,14	211.501,14

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Material em Estoque	266,00	154,00
Despesas Antecipadas	111.425,31	72.812,09
TOTAL	111.691,31	72.966,09

Representam o saldo dos prêmios do seguro patrimonial e de numerários da cooperativa, que serão apropriadas no exercício seguinte.

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	2.954.307,96	2.788.138,20
Participações inst financ controlada coop crédito	178.265,56	156.633,35
TOTAL	3.132.573,52	2.944.771,55

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCOOB.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Instalações	10%	365.980,49	365.980,49
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(162.979,39)	(133.097,46)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	418.130,15	411.362,63
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(149.513,68)	(113.715,21)
Sistema de Comunicação	20%	5.760,00	5.760,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	483.890,05	189.924,63
Sistema de Segurança	10%	75.204,50	75.204,50
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(166.104,76)	(123.385,43)
TOTAL		870.367,36	678.034,15

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	12.306.492,92		12.416.010,07	
Depósito a Prazo	12.099.396,75	0,34	30.241.787,70	0,44
TOTAL	24.405.889,67		42.657.797,77	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	2.035.185,13	8,00%	9.710.435,30	23,00%
10 Maiores Depositantes	8.821.419,41	35,00%	25.073.759,61	59,00%
50 Maiores Depositantes	14.961.343,91	60,00%	32.086.961,57	75,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.095.317,68)	(1.799.696,28)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(52.968,86)	(66.939,57)
TOTAL	(1.148.286,54)	(1.866.635,85)

12. Relações interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018

	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	449.187,81	5.418.564,48	449.187,81	-
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(24.477,18)	(382.028,99)	(48.516,78)	-
TOTAL	424.710,63	5.036.535,49	400.671,03	-

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.725,39	-	15.375,58	-
Sociais e Estatutárias (14.1)	202.026,53	-	111.426,67	-
Fiscais e Previdenciárias (14.2)	95.458,74	-	94.832,16	-
Negociação e Intermediação de Valores	4,74	-	4,74	-
Diversas (14.3)	1.293.297,44	9.342,25	540.286,82	-
TOTAL	1.604.512,84	9.342,25	761.925,97	-

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	2019	2018
Resultado de Atos com Associados (a)	126.552,16	46.171,40
Cotas de Capital a Pagar (b)	75.474,37	65.255,27
TOTAL	202.026,53	111.426,67

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	2019	2018
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	1.302,62	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	185,02	245,50
Impostos e Contribuições sobre Salários	46.792,66	49.735,89
Outros	47.178,44	44.850,77
TOTAL	95.458,74	94.832,16

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	7.546,22	-	7.445,58	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	99.805,16	-	68.421,27	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.002.811,44	-	335.499,09	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	50.256,46	9.342,25	23.673,36	-
Credores Diversos - País	132.878,16	-	105.247,52	-
TOTAL	1.293.297,44	9.342,25	540.286,82	-

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas administrativas e de pessoal da cooperativa.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.992.672,56 (Um milhão novecentos e noventa e dois mil seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) (R\$ 1.241.402,33 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICER** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	14.935.113,24	12.913.756,78
Associados	1.605	1.333

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo para Aumento do Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para futuro aumento do capital social da cooperativa, conforme alínea III, artigo 27, do Estatuto Social.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras do ano 2018, à disposição Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/02/2019, foi de R\$ 922.442,47, sendo que o valor de R\$ 369.371,22 foi destinado ao Fundo de Reserva, R\$ 46.171,40 foi destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, R\$ 277.028,42 destinado para o fundo de aumento de capital (reserva estatutária) e R\$ 230.857,01 ficou à disposição da Assembleia e foram rateados em razão diretamente proporcional aos serviços utilizados pelos associados, sendo 50% para média de depósitos e 50% para operações de crédito. As sobras líquidas das destinações legais e estatutárias no montante de R\$ 230.857,01 foram incorporadas ao capital

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Resultado do Exercício	768.090,84	922.442,47
(+)Reversão de Despesas do FATES	46.171,40	985,58

(-/+) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(90.356,89)	-
(=) Base de cálculo das destinações	723.905,35	923.428,05
(-) F.A.T.E.S (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social)	(36.195,27)	(46.171,40)
(-) Fundo de reserva	(289.562,14)	(369.371,22)
(-) Fundo para aumento de capital	(217.171,61)	(277.028,42)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	180.976,33	230.857,01

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 816.242,68 (Oitocentos e dezesseis mil duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos), equivalente a 100% da variação da SELIC. Em **2018**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 774.984,44 (Setecentos e setenta e quatro mil e novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), equivalente a 100% da variação da SELIC.

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	119.993,87	1.201.201,31
Rendas de Empréstimos	2.381.306,51	2.009.190,79
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	915.579,66	1.132.494,42
Rendas de Financiamentos	437.529,24	646.691,49
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	244.720,05	671,03
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.315,38	58.469,07
TOTAL	4.102.444,71	5.048.718,11

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(1.148.286,54)	(1.866.635,85)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(244.720,05)	(671,03)

Provisões para Operações de Crédito	(173.802,39)	85.845,80)
TOTAL	(1.566.808,98)	(1.781.461,08)

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	180.576,70	149.374,60
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	415.937,28	116.300,70
TOTAL	596.513,98	265.675,30

20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Serviços Prioritários - PF	72.909,50	56.352,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	-	5,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	298.409,90	257.908,90
TOTAL	371.319,40	314.265,90

21. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(44.948,24)	(41.480,79)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(569.322,75)	(521.539,14)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(289.603,39)	(217.296,77)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(368.548,08)	(370.952,72)
Despesas de Pessoal - Proventos	(706.713,69)	(737.319,02)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(30.789,40)	(24.995,25)
TOTAL	(2.009.925,55)	(1.913.583,69)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
-----------	------------	------------

Despesas de Água, Energia e Gás	(52.022,02)	(49.167,45)
Despesas de Aluguéis	(54.386,94)	(39.866,63)
Despesas de Comunicações	(112.277,92)	(111.390,76)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(3.534,00)	(5.499,57)
Despesas de Material	(16.565,86)	(25.755,17)
Despesas de Processamento de Dados	(170.246,37)	(104.137,80)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(136.527,81)	(188.031,47)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(25.886,30)	(28.999,65)
Despesas de Publicações	(720,00)	(405,00)
Despesas de Seguros	(29.898,14)	(33.934,76)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(270.470,79)	(175.652,21)
Despesas de Serviços de Terceiros	(60.786,62)	(52.664,86)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(13.031,87)	(4.750,00)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(115.251,05)	(41.125,94)
Despesas de Transporte	(70.149,26)	(163.346,89)
Despesas de Viagem no País	(28.700,60)	(23.071,82)
Despesas de Amortização	(35.208,62)	(17.005,05)
Despesas de Depreciação	(123.390,70)	(116.554,01)
Outras Despesas Administrativas	(64.987,82)	(69.359,84)
Emolumentos judiciais e cartorários	0,00	(1.408,27)
Rateio de despesas da Central	(55.603,23)	(151.828,41)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(61.197,78)	(38.921,58)
TOTAL	(1.500.843,70)	(1.442.877,14)

23. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	37.756,96	-
Dividendos	21.634,07	-

Distribuição de sobras da central	-	94.037,09
Outras rendas operacionais	166.169,76	-
TOTAL	225.560,79	94.037,09

24. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Provisões Passivas	(73.682,31)	(12.853,02)
Despesas de Atualização de Impostos e Contribuições - Impostos e Contribuições sobre Lucros	(48.518,30)	(20.346,71)
Outras Despesas Operacionais	(106.311,30)	(47.210,22)
Descontos concedidos - operações de crédito	(848,89)	(198.649,21)
Cancelamento - tarifas pendentes	(376,69)	(405,00)
TOTAL	(229.737,49)	(279.464,16)

25. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	17.294,44	33.582,96
Reversão de Provisões não Operacionais	9.450,00	11.733,28
(-) Perdas de Capital	(28.285,00)	(30.989,08)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-	(937.013,12)
Resultado Líquido	(1.540,56)	(922.685,96)

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita

das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	5.012.463,53	4,4679%	132.069,92
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	673.925,86	0,6007%	5.013,37
TOTAL	5.686.389,39	5,0686%	137.083,29
Montante das Operações Passivas	3.703.294,00	5,6596%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.677,50	38,38	1,1704%
Conta Garantida	3.797,83	18,99	0,7622%
Crédito Rural	1.158.898,32	5.794,50	21,2204%
Empréstimo	1.574.386,82	29.794,01	12,3495%
Financiamento	282.955,32	1.929,39	6,0434%
Títulos Descontados	99.354,21	496,77	2,1138%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	619.326,29	5,0491%	0%
Depósitos a Prazo	1.264.405,65	10,4502%	0,3487%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,4900%
Empréstimos	1,1230%

Financiamento	1,0278%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	89,9920%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	5,0828%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,3147%
Credito Rural (modalidades)	1,6186%
Aplicações Financeiras	5,6596%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	4.714.896,68
Empréstimo	349.545,22
Financiamento	306.674,53

e) As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
166.186,53	132.991,22

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(44.948,24)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(569.322,75)
Encargos Sociais	(117.803,49)

27. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA - SICOOB CREDICER**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDICER** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2019	2018
Índice de Basileia	43,02%	41,29%

31. Provisão para demandas judiciais e passivos contingentes

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDICER**, até o 31/12/2019 não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo com probabilidade de perda possível.

Marcos Camargo Cardoso
CPF: 364.152.271-49
Diretor Administrativo

Washington Luís P. Barreto
CPF: 026.121.931-62
Diretor Operacional

Herbert Silva de Oliveira
CPF: 023.345.101-30
Contador CRC-GO 022.087/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA
CNPJ: 09.576.849/0001-82
Número de identificação do registro de empresas – NIRE: 52400011479
Endereço: Avenida Brasil nº 703-B Qd. 18-B Lt. 18-B – Centro – Ceres-GO
CEP. 76.300-000

De acordo com a documentação analisada durante o ano de 2019 e conforme o Relatório de Auditoria Sobre as Demonstrações Contábeis relativo ao exercício findo em 31/12/2019 em 04 de abril de 2020, este conselho emitiu o seguinte parecer:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE CERES E RIALMA LTDA – CREDICER**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Sobras ou Perdas, complementadas por notas explicativas, Relatório dos Auditores Independentes emitido em 04 de abril de 2020 e demais documentos integrantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com sobras líquidas no valor de R\$ 180.976,33 (cento e oitenta mil novecentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos), decorrente da implementação de ações previstas no Plano de Negócios elaborado pela Central, inclusive no que se refere ao cumprimento de metas previstas no referido plano.

Baseado nos exames efetuados, e nas informações suplementares obtidas junto à contabilidade e Diretoria Executiva, este Conselho Fiscal é de parecer que as contas apresentadas representam a situação Patrimonial e Financeira da CREDICER.

Ceres/Go, 22 de abril de 2020


Valdivino Cordeiro de Andrade
Coordenador


Vanderlei da Costa
Secretário


Bruno César
Conselheiro

PARECER DA AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda - Sicoob Credicer

Ceres/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Ceres e Rialma Ltda - Sicoob Credicer, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credicer em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Credicer é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Prestação de Contas da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Prestação de Contas da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 4 de abril de 2020.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Diego Rabelo'.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090